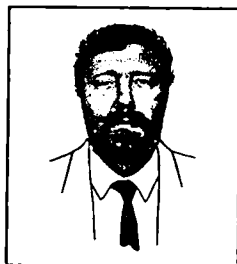


Quanto vale um diploma?

Ao que parece, e para sorte nossa, o assunto educação está em moda no Brasil. Melhor, impossível. Ainda não estamos na fase que um candidato do PSDB preferiu chamar de "necessidade de uma obsessão educacional". Mas estamos a caminho. Ou não? É verdade que não passa um dia sequer sem que o brasileiro escute um discurso de apoio à educação. Se as confusões políticas de Brasília

não tivessem atrapalhado, se as ameaças de CPI não tivessem ofuscado a festa, na primeira semana de março uma grande explosão publicitária teria cercado o tema. Com toda a razão. Afinal, tratava-se do lançamento do Ano da Educação — com direito a feira de projetos, a convênios de todo tipo, à entrada no ar da TV Escola e a alterações modernizadoras da melhor qualidade no que diz respeito a ensino técnico, entre muitas outras atividades programadas. Um único ponto não mereceu maior atenção na festa de Belo Horizonte: a avaliação do sistema educacional. Apesar de o presidente da República ter afirmado em seu discurso que convivemos com índices de repetência e evasão escolar "inaceitáveis para um país moderno", pouca gente tem falado sobre quanto o aluno brasileiro



Pouco se tem falado sobre quanto o aluno aprende quando vai à escola

secretária do Sediae, professora Maria Helena Castro. A pretensão virou realidade com a aplicação, em novembro, de 130 mil questionários no 1º grau e de 70 mil no curso médio. A tradicional forma de avaliação do sistema, em todas as séries ímpares, foi substituída pela avaliação da 4ª e da 8ª séries do ensino básico e da 2ª e 3ª séries do colegial. Os exames foram aplicados "de forma somativa", procurando avaliar tanto conteúdos como habilidades. O processo avaliativo baseou-se na teoria de resposta ao item. As duas disciplinas selecionadas foram Português e Matemática, com a intenção de "subsidiar as reformas de currículo", de responsabilidade do novo Conselho Nacional de Educação. Pela primeira vez, esses exames envolveram também escolas privadas, numa amostragem suficiente para

aprender quando vai à escola.

Nesse ponto, tudo indica, mora o perigo. É curioso, porque o MEC tinha o que mostrar nesse assunto. Três meses depois da posse do ministro Paulo Renato Souza no MEC, foi criada (em março de 95) a Secretaria de Desenvolvimento, Informação e Avaliação Educacional (Sediae). Esse órgão do MEC nasceu "para a avaliação do 1º e 2º graus", informa, a quem quiser saber, a

o desenho de um padrão comparativo entre os dois sistemas de ensino, público e privado. Vale lembrar que esses exames foram elaborados pela Fundação Carlos Chagas e pela Cesgranrio, em forma de acordo de cooperação técnica com o MEC, uma garantia de seriedade quanto aos resultados.

Os resultados... bem, foram os previsíveis. Se o aluno brasileiro da 8ª série do 1º grau tem índice médio de acertos da ordem de 63,04% em compreensão de leitura de Língua Portuguesa, na 2ª série do 2º grau esse índice cai para 43,40%! Ou seja, a permanência na escola no 2º grau não contribuiu para uma melhor compreensão do mundo escrito. Em Matemática, os alunos do 3ª série do 2º grau obtiveram uma média de acertos de apenas 33,76%. Ou seja, sabem apenas um terço do que deveriam saber. Nada disso ganhou muita divulgação. Por quê? Será que o brasileiro não gosta de avaliação? Ou a coragem de incluir escola pública e privada no mesmo exame prejudicou essa divulgação, porque não gostamos de saber que a escola dos "nossos filhos" ensina praticamente a mesma coisa que a escola dos "filhos dos outros"?

Há mais. Se a escola brasileira ensina apenas isso, por que estão aprovados praticamente todos os que simplesmente permanecem nela? A resposta a essa estranha pergunta pode ser encontrada, por exemplo, com aluna Flávia Brum, aluna do 3ª série do 2º grau na Escola Estadual Paulo de Frontin, no Rio de Janeiro, que não esconde:

"Aqui já se formou turma sem ter uma aula de Física, mas no boletim constam três anos de aula, todo mundo aprovado com nota C." Não há safadeza, há apenas necessidade: por motivos que começam apenas pelo salário, não há mais professor de matérias "complexas" como Física, Química, Matemática, Português, principalmente, para o 2º grau. Então, os diretores simplesmente "marcam o C". Com as exceções de sempre, das "ilhas de excelência", será que tudo é muito diferente nas escolas privadas, a começar também pelo salário do professor?

Não há nenhuma novidade nisso, muito menos atualidade nesse problema. Apenas agora existe um pouco mais de transparência. Nada mais. Ou esquecemos todos a célebre decisão do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, de 28 de dezembro de 1989, aprovando por decreto 1.800 alunos de 2º grau que "não cumpriram carga horária mínima obrigatória de diversas matérias por falta de professor"? Nessa época, um certo pudor impediu que os diretores tomassem a decisão. Depois, tudo virou apenas rotina. Se o ano é "da educação", poderíamos começar, por prestigiar os trabalhos sérios, de avaliação de desempenho escolar. Ou será que preferimos todos continuar acreditando que todos os alunos "com nota C", ou mais, sabem mesmo tudo o que o diploma deles diz que eles sabem?